



COMEÇA 2022! Ano será de continuidade da luta em defesa da vida, contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho



Nesta edição, confira uma breve retrospectiva de 2020 e 2021, os insólitos anos de pandemia marcados pela busca da proteção sanitária à comunidade do Centro e da manutenção de direitos, e as perspectivas para o ano que se inicia

A pandemia de Covid-19, que choalhou o planeta com um número dramático de contaminações e mortes, teve impactos avassaladores no Brasil. Além da angústia frente aos riscos à saúde de cada um e de seus familiares, agravados por posturas e iniciativas negacionistas do governo federal – e também do governo paulista, pressionado por interesses econômicos nem sempre compatíveis com a defesa da vida – os trabalhadores foram alvo de muitos confiscos de direitos nestes dois anos. O funcionalismo público, em especial, foi duramente atacado.

Nesta edição do *Sinteps Jornal*, você acompanha uma breve retrospectiva de 2020 e 2021, anos marcados pela pandemia de Covid-19 e de profundas alterações no cotidiano dos



GREVE SANITÁRIA:
O inédito movimento que radicalizou a defesa da vida no Centro
Pág. 3

VITÓRIAS JURÍDICAS:

Nas págs. 5 e 6, detalhes sobre as ações do 'Abono Fundeb', 'acúmulo docente', 'faltas-aula e faltas-dia', 'desincompatibilização', 'ausências médicas e pontuação docente', 'tempos congelados pela LC 173'

AS LUTAS DE 2022:

Salários, revisão da carreira, segurança sanitária, direitos dos administrativos e mais. Págs 7 e 8



Com inflação galopante, é urgente reajustar salários e benefícios

Págs 7



Homenagem às vítimas da pandemia

Pág. 3

EM 2020 E 2021, MUITOS ATAQUES E REAÇÕES NECESSÁRIAS:

Bônus, evolução funcional, 'Abono Fundeb'...

Pág. 4



'Abono Fundeb' para todos: Sinteps luta na justiça e pressiona governo - Pág. 5

Defesa do emprego ganha importância com o avanço da reforma do EM - Pág. 8

Luta contra a PEC 32, a reforma administrativa, prossegue neste ano - Pág. 8



trabalhadores e do conjunto da sociedade.

Após conquistar o afastamento de todos os trabalhadores do Centro – administrativos, auxiliares docentes e professores – nos tempos mais difíceis do isolamento social, a luta do Sinteps em defesa da vida teve seu ápice com a greve sanitária, movimento até então inédito no Brasil, deflagrado em início de agosto e encerrado em meados de outubro de 2021.

Em 2020 e 2021, as tentativas do Sindicato de negociar as pautas salariais da categoria não conseguiram furar o bloqueio construído pela direção do Centro e pelo governo do estado, que se ancoraram nas dificuldades gerais da economia para evitar o debate. Ao contrário, tentaram confiscar direitos até então inquestionáveis. Usando uma interpretação capciosa da lei complementar (LC) 173/2020, a lei federal de ajuda aos estados e municípios, o governo Doria havia decidido não aplicar a evolução e nem o bônus nestes dois anos. A pressão do Sinteps, que se ancorou em farta justificativa legal, garantiu a implementação da evolução (em 2020 e em 2021) e do bônus (2020). Em 2021, Doria encontrou um jeito ‘diferente’ de burlar o bônus, trocando-o pelo ‘Abono Fundeb’, voltado somente aos professores da rede estadual, o que gerou imediata reação do Sindicato. Leia mais sobre isso na *pág. 5*.

Nas páginas a seguir, veja detalhes dos fatos que marcaram 2020 e 2021 e as perspectivas do ano que se inicia.

2022, ano de esperanças e lutas

Em 2022, além de seguir lutando pela extensão do “Abono Fundeb” aos trabalhadores do Centro, o Sindicato vai prosseguir e ampliar a luta por melhorias na carreira em vigor, como a possibilidade de pular direto para a titulação realizada, e para corrigir as tabelas salariais de todos os segmentos (*pág. 7*).

A defesa da segurança sanitária da comunidade das ETECs e FATECs continuará em destaque, até que a pandemia de Covid-19 esteja realmente sob controle (*pág. 8*).

2020 e 2021 foram anos de grandes desafios no âmbito da saúde, em meio à pande-



mia, mas também na educação e na ciência públicas (vítimas de cortes de recursos e toda sorte de ataques), na economia, no meio ambiente (*pág. 8*). Inspirado no centenário de Paulo Freire, comemorado em 2021, o Sinteps seguirá conjugando o ver-

bo ‘esperançar’ e a organizar os trabalhadores do Centro a lutarem por seus direitos.

Organizar, mobilizar e conquistar! SEMPRE NA LUTA!

A história nos ensina que só a nossa mobilização é capaz de conquistar vitórias. Se queremos que a superintendência do Centro e o governo negociem efetivamente nossas reivindicações em 2022, teremos que ir à luta, nos mobilizar em cada local de trabalho e, se preciso, partir para a greve!



Inspirado no centenário de Paulo Freire, comemorado em 2021, o Sinteps seguirá conjugando o verbo ‘esperançar’ e a organizar os trabalhadores do Centro a lutarem por seus direitos.

Capa do **Organizador Mensal 2022**, um presente que o Sindicato dá aos seus associados todos os anos

Os trabalhadores do Centro e a pandemia

Proteção à vida teve ápice na greve sanitária, movimento inédito no país

Desde o início das medidas de isolamento social e da quarentena, decretadas a partir de março de 2020, o Sinteps procurou adaptar-se às limitações impostas para seguir cumprindo seu papel em defesa da categoria. Dos primeiros meses da pandemia até meados de 2021, muitas foram as tentativas do governo estadual de forçar o retorno presencial nas unidades sem que a pandemia houvesse arrefecido. A todas elas, o Sindicato reagiu com veemência, sendo uma das poucas entidades sindicais a conquistar o afastamento para todos – administrativos e docentes.

Quando o governo Doria decidiu que era hora de retomar as atividades presenciais nas escolas, apesar da situação ainda grave da pandemia, o Sindicato conquistou uma importante vitória judicial: em 7/5/2021, o juiz Hécio Luiz Adorno Júnior, da 76ª Vara do Trabalho de SP, acatou pedido do Sinteps e concedeu liminar proibindo o retorno presencial enquanto os municípios não estivessem há pelo menos 28 dias na fase amarela do Plano São Paulo, além de exigir a comprovação de entrega aos trabalhadores de “equipamentos de proteção individual adequados à prevenção do contágio pela Covid-19”. Quase três semanas depois, em 26/5, a pedido do governo Doria, a liminar foi revogada diretamente pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT da 2ª Região), desembargador Luiz Antônio M. Vidigal.

Após a cassação da liminar, a direção do Centro voltou a pressionar pelo retorno presencial. O Sindicato ampliou a convocação da



categoria para um movimento até então inédito no país: a greve sanitária. De 2/8 a 15/10/2021, professores e administrativos de dezenas de unidades aderiram ao movimento, recusando o retorno presencial e mantendo o trabalho remoto.

Cerca de 115 ETECs e FATECs, espalhadas em todo o estado, registraram adesão ao movimento. Em mapa atualizado diariamente no *site* da entidade, havia informes sobre as unidades participantes e o número de adesões entre professores e administrativos, assim como os casos de contaminação e os apoios recebidos dos estudantes, câmaras municipais, deputados/as e outros sindicatos.

Os cerca de dois meses e meio do movimento, ainda que restrito a uma parcela da categoria, trouxeram frutos importantes, como a efetiva proteção aos grevistas no período mais crítico da pandemia, dando à maior parte deles a oportunidade de tomar a segunda dose da vacina antes do retorno. Além disso, a greve pressionou a institui-

ção a cumprir os protocolos sanitários e a ampliar o fornecimento de EPIs, beneficiando toda a categoria, e explicitou os prejuízos pedagógicos causados aos alunos pelo retorno presencial atabalhoado.

A organização sobre a qual se estruturou a greve sanitária, por meio da participação efetiva dos eleitos e das eleitas para os comandos locais de greve, estabeleceu as bases para uma mobilização permanente em torno à defesa da vida e fortaleceu a entidade sindical nas unidades.

Por meio das denúncias recebidas das bases, a direção do Sindicato fez seguidas cobranças à direção do Centro, para que o protocolo sanitário seja seguido em cada unidade. Também com base na experiência e no lastro político conquistados com a greve sanitária, a entidade reivindicou melhorias no protocolo sanitário, entre elas: garantia de afastamento por 14 dias de todas as pessoas que tenham contato com infectados no ambiente escolar; testagem regular e frequente custeada pelo empregador; aumento do número de máscaras fornecidas, conforme normas de segurança; garantia de ventilação natural nos ambientes; organização de horários para evitar aglomerações etc.

Até o fechamento desta edição, em 5/1/2022, o Centro ainda não havia dado retorno ao Sinteps sobre estas reivindicações que, em sua maioria, não implicam em aumento de recursos. Para conhecer a íntegra do documento enviado à instituição pelo Sindicato, acesse <https://tinyurl.com/2jt97eee>



Em memória das vítimas da pandemia

Nesta edição de retrospectiva de 2020 e 2021, é imprescindível que lembremos dos que perderam a vida na luta contra a terrível pandemia.

É difícil encontrar alguém, no Centro Paula Souza inclusive, que não tenha sofrido a perda de um familiar, um amigo, um conhecido.

Dor e luto se abateram sobre o cotidiano da população do país, por meses à deriva em meio à pandemia sem controle e à política genocida adotada por governos descompromissados com a vida.

O Sinteps presta homenagens e se solidariza com todos e todas!

Em honra à memória das centenas de milhares de queridos e queridas perdidos por famílias de todo o Brasil, a entidade vai seguir denunciando e lutando para que o poder público cumpra seu dever de salvar vidas e dar condições dignas de sobrevivência à população.



Comunicação em tempos de pandemia: divulgação à imprensa, lives, assembleias online

Durante a greve sanitária, o departamento de imprensa do Sinteps produziu seguidos *releases* (notícias para alimentar os meios de comunicação em todo o estado) e, apesar das dificuldades políticas para emplacá-los, houve várias divulgações bem sucedidas. No *site* do Sinteps, em <https://tinyurl.com/mr3yn3rh>, é possível conferir algumas inserções em jornais e TVs.

As reuniões do Comando Geral de Greve, formado com representantes dos comandos locais, foram realizadas em formato virtual. Da mesma forma, as assembleias gerais, que avaliavam e definiam os próximos passos da greve, ocorreram *online*, com participação muito expressiva.

Mas o investimento em novas formas de comunicação em meio à pandemia começou bem antes da greve, logo após a decretação das medidas de isolamento social em 2020. As reuniões do Conselho Diretor de Base, de periodicidade mensal, passaram a ser virtuais.

Para ampliar os canais de diálogo com os trabalhadores, foram realizadas seguidas *lives*. Com a presença de convidados e membros da direção da entidade, eles trataram de questões relativas à segurança sanitária, riscos do retorno presencial, direitos dos trabalhadores, entre outros, sempre abrindo espaço às perguntas do público. Foram 14 *lives* em 2020 e 2021, que podem ser conferidas na TV Sinteps, em <https://www.sinteps.org.br/tv-sinteps>.



Conquistas preservadas

Muitos ataques e reações necessárias: Bônus, evolução funcional, 'Abono Fundeb'...

Em meio às incertezas trazidas pela pandemia de Covid-19, o governo federal fez aprovar no Congresso Nacional a Lei Complementar (LC) 173/2020, com o objetivo de regulamentar a ajuda aos estados e municípios. Aproveitando-se da “oportunidade”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, embutiu algumas “granadas no bolso do inimigo”, no caso, os servidores públicos. Entre elas, estava a proibição de reajustes salariais e de benefícios, bem como da contagem de tempos aquisitivos para quinquênios e sexta-parte, entre outros, no período de vigência da lei, de 28/5/2020 a 31/12/2021.

O governador João Doria, já conhecido por seu pouco apreço aos serviços e aos servidores públicos, procurou dar à lei uma interpretação o mais ampla possível. Não fosse a pressão do Sinteps, que usou farta argumentação legal e política, em 2020 não haveria pagamento de Bônus Resultado e nem a realização do processo de Evolução Funcional.

Em 2021, a entidade sindical conseguiu garantir novamente a realização da Evolução, mas foi surpreendida com uma manobra do governo estadual, que substituiu neste ano o Bônus Resultado pelo “Abono Fundeb”, com pagamento restrito aos professores da rede estadual. O Sindicato apresentou emendas ao projeto enviado pelo governador à Assembleia

Legislativa, que foram protocoladas por parlamentares de vários partidos; na votação final, em 1/12/2021, no entanto, todas foram rejeitadas.

Inconformada, a AJ do Sinteps protocolou uma ação judicial que, em final de dezembro/2021, teve uma importante vitória: a juíza Fernanda Henriques Gonçalves Zoboli, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, determinou que o governo estadual reserve os valores que seriam destinados aos profissionais do Centro Paula Souza em relação ao chamado “Abono Fundeb”. O Sinteps aguarda, agora, o julgamento do mérito da ação.

Em 2022, a expectativa da direção do Sinteps é que a pandemia de Covid-19 seja efetivamente controlada, abrindo espaço para a mobilização dos trabalhadores do Centro não só pelo recebimento do ‘Abono Fundeb’, mas especialmente por reajuste salarial, melhorias nos benefícios, revisão da carreira e outras reivindicações, como você confere na página 7 desta edição, na matéria “As lutas de 2022: Salários, revisão da carreira, segurança sanitária, direitos dos administrativos e mais”.



Banners de algumas das lives realizadas pelo Sinteps em 2020 e 2021



Apoio à luta sindical

Vitórias jurídicas do Sinteps: Ações em defesa de toda a categoria

Em 2020 e 2021, assim como nos anos anteriores, a assessoria jurídica do Sindicato teve atuação intensiva, com várias conquistas. Veja um resumo das principais:



'Abono Fundeb' para todos



Quase próximo ao Natal, em dezembro de 2021, a juíza Fernanda Henriques Gonçalves Zoboli, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, acatou o pedido de 'tutela antecipada' (liminar) feito pelo Sinteps e determinou que o governo estadual reserve os valores que seriam destinados aos profissionais do Centro Paula Souza em relação ao chamado 'Abono Fundeb'. A decisão atende ao pedido feito pelo Sindicato, após a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovar a proposta do governador João Doria, de destinar o abono somente aos professores da rede estadual.

Assim, os valores para a concessão do abono no Centro estão reservados, de acordo com o despacho da juíza, mas a decisão final sobre o direito dos profissionais do Centro só virá com o julgamento do mérito da ação. O estado de São Paulo tem 15 dias úteis para apresentar sua defesa, prazo que começará a ser contado a partir do final do recesso do judiciário, no dia

20/1/2022. Depois disso, o Sinteps deverá ser chamado a apresentar suas contrarrazões. Encerrada esta parte, a ação estará pronta para julgamento.

De acordo com o formato dado pelo governador ao 'Abono Fundeb', somente teriam direito a ele os profes-

ssores da educação básica. Na argumentação usada pelo Sinteps - tanto nas emendas defendidas na Alesp quanto na ação judicial - fica comprovado que os estudantes da educação básica do Centro Paula Souza são contados para o recebimento do Fundeb no estado de São Paulo, o que justifica a reivindicação de pagamento para todos (professores e administrativos) das ETECs. Mas o Sindicato entende que TODOS (professores e administrativos) das ETECs e FATECs têm direito ao abono, da mesma forma como vinha sendo pago o "Bônus Resultado". Por isso, continuará pressionando a direção do Centro e o governo do estado para que façam justiça com todos.

Leia mais detalhes em <https://tinyurl.com/2p8te7av>



Acúmulo docente: "É lei, tem que ser cumprido"

Em agosto/2021, o Centro Paula Souza acatou formalmente a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que deu ganho de causa ao Sinteps na ação que pleiteia respeito ao direito constitucional ao acúmulo legal sem limite das 64 horas. Apesar de o processo já ter transitado em julgado, o Centro insistia em protelar o cumprimento, o que ensejou seguidas cobranças por parte da assessoria jurídica do Sinteps.

Com isso, o Centro passou a seguir estritamente o que garantem as hipóteses consti-

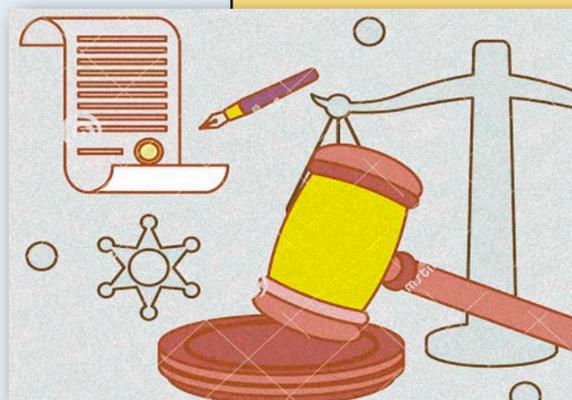
tucionais: dois cargos de professor ou um de professor e outro técnico, desde que respeitado o teto constitucional e que haja compatibilidade de horários.

"Esta foi uma grande vitória da nossa entidade sindical, sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores do Centro. É lei, tem que ser cumprido", comemorou Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps.

Direitos na desincompatibilização

Contrariando o que manda a lei, o Centro passou a desconsiderar o período de desincompatibilização eleitoral - garantido a todos os servidores que concorrem nas eleições - como de efetivo exercício. Com isso, o servidor (celetista ou estatutário) que se afastou para concorrer acabou sendo prejudicado na contagem do tempo para adicionais, eventual sexta-parte e outros, inclusive para o interstício de seis anos na evolução funcional realizada em 2020.

Com a vitória da ação coletiva ajuizada pelo Sinteps, os prejudicados terão direito à recontagem deste tempo e à reparação dos prejuízos; para isso, cada servidor precisará ajuizar ação individual. Se este é o seu caso, veja como proceder em <https://tinyurl.com/2p8mstse>



As ações jurídicas do Sinteps

Ausências médicas na pontuação docente

Uma enorme injustiça cometida pelo Centro Paula Souza contra os professores das ETECs foi finalmente corrigida. Por meio da Portaria CETEC 2.186, editada em 9/12/2021, a instituição divulgou o cumprimento da sentença judicial favorável ao Sinteps, na ação que questiona itens da Portaria CETEC 1.263/2017.

Com a vitória do Sindicato, o Centro fica impedido de penalizar os docentes que tenham ausências devidamente comprovadas por atestado médico com a retirada de pontos na pontuação utilizada na atribuição de aulas. Leia detalhes em

<https://tinyurl.com/yckm5dd7>

“Esta é mais uma grande conquista judicial do Sinteps, uma medida de justiça e de reconhecimento aos direitos dos trabalhadores, em especial neste período muito atípico em que a pandemia esteve tão presente em nossas vidas pessoais e profissionais”, destacou o vice-presidente do Sindicato, Renato de Menezes Quintino.



Faltas-aula e faltas-dia

A partir de vitória judicial do Sinteps, o Centro Paula Souza está sendo obrigado a rever duas normativas de 2010 – Deliberação Ceeteps 5, de 12/8/2010, e Instrução Normativa 002/2010-URH – que trouxeram prejuízos a praticamente todos os docentes da instituição. As duas normativas foram editadas para regular os descontos das faltas parciais e totais diárias, bem como as faltas em razão de atestados médicos.

Em resumo, o Centro passou a descontar a hora (ou horas) de quem não ministrava uma aula específica em um determinado dia; depois, quando as faltas-aula somavam oito, transformava-as em falta-dia e fazia o desconto novamente! Em ambos os casos, com as respectivas incidências no descanso semanal remunerado (DSR), férias etc. “Ou seja, o desconto era feito em dobro”, sintetiza o advogado do Sinteps, Augusto Bonadio.

Atualmente, após esgotados todos os recursos aos quais tinha direito, o Centro está fazendo o levantamento detalhado com os nomes dos milhares de docentes afetados pelas normativas, falta por falta. Após a instituição informar à justiça todos os dados solicitados, terá início a fase de discussão dos valores. “Teremos que checar tudo e, se necessário, solicitar uma perícia contábil. Não é possível prever prazos para que o processo se encerre e os beneficiários recebam o que terão direito, mas é certo que o Sinteps usará de todos os instrumentos possíveis para agilizar o cumprimento da sentença”, conclui Bonadio.

Veja mais detalhes em <https://tinyurl.com/2p8zxnpb>.

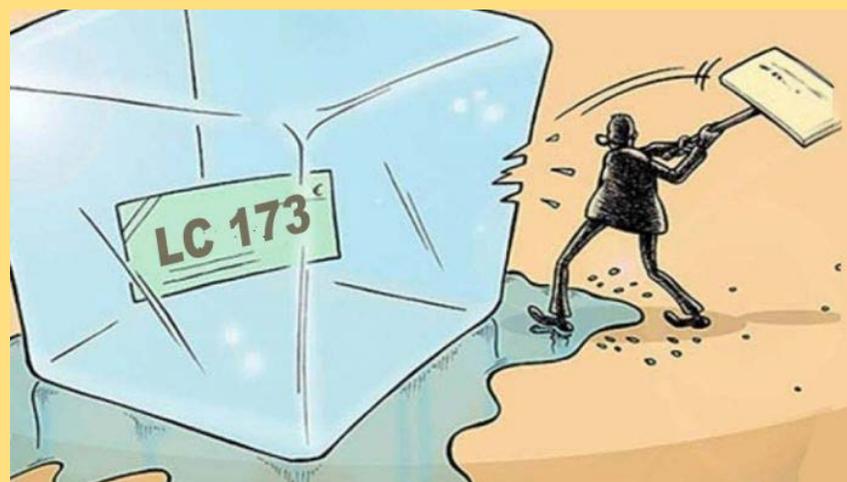
Novas ações: Tempos congelados pela LC 173 na mira

Os advogados do Sinteps estudam permanentemente a viabilidade e a pertinência de ações judiciais sobre vários temas. Uma delas é a ação coletiva contra os efeitos da LC 173.

A lei complementar (LC) 173/2021, aprovada pelo Congresso Nacional a pedido do governo Bolsonaro em maio/2020, com o objetivo de regulamentar a ajuda federal a estados e municípios em meio à pandemia de Covid-19, embutiu um conjunto de ataques ao funcionalismo público. Essa lei, além de determinar o “congelamento” da contagem do tempo de serviço para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes, impôs a proibição de reajustes salariais e contratações no período de 28/5/2020 a 31/12/2021.

Com o fim da vigência da malfadada lei, os sindicatos que representam o funcionalismo, entre eles o Sinteps, querem saber como será tratada a questão.

Além de aguardar os desdobramentos da ação coletiva que move, o Sinteps quer negociar a questão com a Superintendência e o governo do estado. Em relação à contagem do tempo, não é aceitável que seja simplesmente descartada, uma vez que, em todo o período, servidores e servidoras trabalharam e fizeram jus à sua remuneração.



Organizar para conquistar.....

As lutas de 2022: Salários, revisão da carreira, segurança sanitária, direitos dos administrativos e mais

Em 2022, a expectativa da direção do Sinteps é que a pandemia, finalmente, fique sob controle e, com isso, seja possível ampliar presencialmente as lutas que teremos que travar neste ano. A seguir, um resumo das principais:

Reajuste salarial: Salários congelados e inflação em alta

Nos anos de 2020 e 2021, usando a pandemia como justificativa, a Superintendência do Centro e o governo estadual recusaram-se a negociar as reivindicações salariais apresentadas pelo Sinteps.

Os professores, auxiliares de docente e administrativos das ETECs e FATECs estão com os salários e benefícios congelados há anos. Na Pauta de Reivindicações de 2021, protocolada em março, estávamos pleiteando um reajuste salarial de 24,86%. Com a disparada da inflação, que voltou a assombrar as famílias e já ultrapassa a casa dos 10% ao ano, sabemos que essa perda já é bem maior. Quem vai ao supermercado, paga conta de água ou luz, compra remédios... sente isso na pele.

Em 2022, o Sinteps quer negociar a reposição das perdas e, também, a revisão da carreira (o que significaria a correção das tabelas sa-

lariais, como mostra matéria ao lado).

O governo Doria tem condições econômicas para negociar com o funcionalismo público estadual. Ao contrário das previsões iniciais, de que a economia entraria em queda no decorrer de 2020, a arrecadação do ICMS – principal imposto que compõe as receitas do estado de São Paulo – teve resultados surpreendentes no segundo semestre, especialmente nos últimos quatro meses do ano, e seguiu assim até final de 2021. A previsão da Secretaria da Fazenda do estado para a arrecadação do ICMS em 2021, inicialmente em R\$ 118 bilhões, foi amplamente superada e fechou o ano em torno de R\$ 138,5 bilhões.

Isso prova que o governo Doria pode valorizar os servidores públicos, que seguem atuando em prol da população como sempre fizeram, reajustando salários e benefícios. Basta ter vontade política.

Revisão da carreira é luta central

A implantação da carreira dos trabalhadores do Centro, em 2014, foi produto de muita luta da categoria, inclusive com uma longa e combativa greve. Sem isso, ela continuaria nas gavetas do governo e da Superintendência do Centro até hoje. Nos anos que se seguiram, o Sindicato continuou reivindicando tudo o que ficou de fora.



A revisão da carreira é um dos itens mais importantes da pauta do Sinteps, pois ela apresenta a possibilidade de solução de várias reivindicações centrais para os trabalhadores do Centro, como é o caso de novas tabelas salariais reajustadas para todos.

No final de 2019, após muita insistência do Sinteps, a direção do Centro concordou em montar um grupo de trabalho entre as partes para discutir a revisão da carreira. Com o início da pandemia, logo no começo do ano seguinte, as reuniões do GT foram congeladas. A reivindicação do Sindicato é que sejam retomadas com urgência.

O que queremos mudar ou introduzir na carreira

- Revisão das tabelas salariais;
- Enquadramento especial por titulação para auxiliares docentes e técnico-administrativos;
- Instituição do terceiro nível para o pessoal do nível básico;
- Jornada para a carreira docente (10, 20, 30 e 40h);
- Fim das avaliações por desempenho (respeito à antiguidade, de 2 em 2 anos);
- Fim do interstício para as titulações;
- Efetiva implantação do plano de saúde institucional aprovado em 2014;
- Extensão da licença gestante de 180 dias às celetistas;
- Entre outras.

Cartazes de mobilização da data-base 2021



Nossas lutas em 2022

Defesa do emprego ganha importância com o avanço da reforma do EM

Aprovada em 2016 pelo então governo Temer, sem nenhum debate com os trabalhadores da educação, entidades acadêmicas e sociedade, a reforma do Ensino Médio enfrentou muita resistência ao longo dos anos seguintes. O Sinteps uniu-se a entidades representativas de todo o país, em atos e manifestações, o que contribuiu para retardar a implementação das medidas previstas.



Paulatinamente, no entanto, o Ceeteps, ancorado nas regras impostas pela reforma, vem implantando, nas ETECs, cursos com menos horas de duração, currículos enxutos e conteúdo empobrecido, os chamados 'Novotec'. A cada ano, diminui a oferta

do ensino técnico integrado ao médio de tempo integral (ETIM).

Some-se a isso a manutenção de regras draconianas para a abertura de turmas – como a exigência de percentual de 1,5 candidatos/vaga nas ETECs e nas FATECs, mesmo durante os tempos mais

dramáticos da pandemia – e temos um cenário de clara ameaça aos serviços oferecidos à população e, também, aos empregos docentes.

Em 2022, a luta do Sinteps em defesa do emprego e pela manutenção dos cursos vai prosseguir. A criação de jornada para a carreira docente (10, 20, 30 e 40h) é uma das principais reivindicações do Sindicato na revisão da carreira (veja matéria na pág. 7).

Educação, ciência e tecnologia na mira dos governos federal e estadual

O Sinteps integrou as várias manifestações realizadas em todo o país, em 2020 e 2021, contra os cortes na educação, ciência e tecnologia públicas. Muitas foram as investidas, especialmente do governo federal, contra as universidades federais, os institutos de pesquisa, o financiamento de bolsas e outros.

O governo estadual, embora procure diferenciar-se do federal, também mostrou as garras. Além de manter os salários do funcionalismo congelados, o governador Doria foi autor de projetos como o PL 529, aprovado em outubro de 2020 na Assembleia Legislativa, e que levou à extinção de seis empresas estaduais, entre elas a Sucen (Superintendência de Controles de Endemias), em plena pandemia de Covid-19. A vitória do governador só não foi completa

devido à reação do funcionalismo, que impediu que outras quatro empresas, entre elas a Furp (Fundação para o Remédio Popular) e a Fosp (Fundação Oncocentro), fossem destruídas.

A mobilização também impediu a aprovação de artigos que permitiam o confisco de recursos das universidades estaduais paulistas e da Fapesp.

Confira no site do Sinteps

- ✓ Em 2022, segue a luta pelos direitos dos aposentados e pensionistas: Pela anulação do Decreto 65.021/2020
- ✓ Sinteps participa da organização da Conferência Nacional Popular de Educação



Pandemia não acabou: Olho no cumprimento dos protocolos e nas estatísticas

O novo ano se inicia ainda cercado de incertezas em relação à pandemia de Covid-19, mesmo que os tempos mais sombrios – quando o país chegou à trágica marca de 4 mil mortes diárias – pareçam ter acabado. A vacinação, embora iniciada tardiamente pelo governo federal, já beira os 70% da população brasileira, no momento de fechamento desta edição (em 5/1/2022), em grande medida graças aos esforços dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Somada à manutenção de algumas medidas preventivas, como o uso de máscaras e álcool gel, a imunização certamente está na base deste cenário mais favorável.



Mas ainda há muito temor no ar. O surgimento de novas variantes, como a Ômicron, contribui para isso. Como mostra matéria na pág. 3 – “Proteção à vida teve ápice na greve sanitária, movimento inédito no país” – o Sinteps mantém-se atento e vem cobrando da instituição a ampliação e o cumprimento das medidas de protocolo sanitário de prevenção à Covid-19. Em caso de qualquer situação que implique risco em sua unidade, denuncie para sinteps@uol.com.br.

Luta contra a PEC 32, a reforma administrativa

Em 2022, vai prosseguir a luta contra a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 32, a reforma administrativa enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso. A forte mobilização do funcionalismo público, que protagonizou vários atos nacionais em 2021 e pressionou os parlamentares, paralisou a tramitação do texto no plenário da Câmara dos Deputados.

A PEC 32 abre espaço para a quebra da estabilidade dos servidores, amplia as possibilidades de privatização, permite a redução de jornada com rebaixamento salarial, regulamenta os contratos temporários, reduz drasticamente a exigência de

realização de concursos públicos, entre outros ataques. “A proposta do governo Bolsonaro pode ser resumida em três eixos: terceirizar, privatizar e demitir, com o claro objetivo de reduzir o tamanho do Estado brasileiro e ampliar os negócios privados com recursos públicos”, sintetiza Fausto Augusto Júnior, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em entrevista ao jornal *Brasil Atual* (2/9/2021).

Como 2022 é ano eleitoral, as dificuldades da base governista no Congresso para a aprovação da reforma se ampliam, mas o funcionalismo deve manter-se alerta!

